

NASCER EM TERESINA: Apontamentos Iniciais

Francilene Cunha de Moraes¹

RESUMO

O estudo trata de uma avaliação das possibilidades teóricas e metodológicas dos registros de nascimento da cidade de Teresina, na segunda metade do século XIX (restrito nesse estudo ao ano de 1875). Apresenta inicialmente um breve balanço sobre a história da infância, bem como as possibilidades das fontes vitais (registros de nascimento, batismo, casamento e óbito) para uma análise histórica, além da busca por compreensão sobre demografia histórica. Num segundo momento, pondera sobre a infância em Teresina (PI) a partir dos registros de nascimentos de 1875, examinando, aspectos como a legitimidade da criança; condição da criança; batismo; sexo e profissão do pai da criança. O procedimento de investigação tem como base a análise de registros civis de nascimentos da cidade de Teresina de 1875 e as referências bibliográficas contam com autores como Aries (1986); Bassanezi In: Pinsky (1974). Falci (1991); Priore (2008) e Nadalin (1994). Por meio do estudo foi possível perceber que uma pesquisa nos moldes ora apresentados é riquíssima e oferece uma diversidade de caminhos possíveis.

Palavras-chave: História. Infância. Nascimento. Teresina. Piauí.

ABSTRACT

The study deals with an evaluation of the theoretical and methodological possibilities of birth records in the city of Teresina, in the second half of the 19th century (restricted in this study to the year 1875). Initially, it presents a brief balance on the history of childhood, as well as the possibilities of vital sources (birth, baptism, marriage and death records) for a historical analysis, in addition to the search for understanding of historical demography. In a second moment, it considers childhood in Teresina (PI) based on birth records from 1875, examining aspects such as the child's legitimacy; child's condition; baptism; gender and occupation of the child's father. The investigation procedure is based on the analysis of civil birth records in the city of Teresina in 1875 and the bibliographical references include authors such as Aries (1986); Bassanezi In: Pinsky (1974). Falci (1991); Priore (2008) and Nadalin (1994). Through the study it was possible to perceive that research along the lines presented here is extremely rich and offers a diversity of possible paths.

Keywords: History. Childhood. Birth. Teresina. Piauí.

RESUMEN

El estudio trata de una evaluación de las posibilidades teóricas y metodológicas de los registros de nacimiento en la ciudad de Teresina, en la segunda mitad del siglo XIX (restringido en este estudio al año 1875). Inicialmente, presenta un breve balance sobre la historia de la infancia, así como las posibilidades de las fuentes vitales (actas de nacimiento, bautismo, matrimonio y defunción) para un análisis histórico, además de la búsqueda de comprensión de la demografía histórica. En un segundo momento, considera la infancia en Teresina (PI) a partir de actas de nacimiento de 1875, examinando aspectos como la legitimidad del niño; condición del niño; bautismo; sexo y ocupación del padre del niño. El procedimiento de investigación se basa en el análisis de actas civiles de nacimiento en la ciudad de Teresina en 1875 y las referencias bibliográficas incluyen autores como Aries (1986); Bassanezi En:

¹ Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2017).

NASCER EM TERESINA: apontamentos iniciais

Pinsky (1974). Falci (1991); Priore (2008) y Nadalin (1994). A través del estudio fue posible percibir que la investigación en la línea aquí presentada es extremadamente rica y ofrece una diversidad de caminos posibles.

Palabras clave: Historia. Infancia. Nacimiento. Teresina. Piauí.

1 Apresentação: Um breve balanço sobre a História da infância

Na sociedade ocidental, o século XIX é tido como o período de apogeu da mentalidade e interesse pela criança, tal como observamos atualmente. Para Teresinha Queiroz, “são inumeráveis as maneiras de abordar a temática da infância”², tema que passou por um processo de particularização, caindo no interesse dos estudos recentes, tanto na Europa quanto no Brasil.

Um dos pioneiros nos estudos sobre a infância, o pesquisador Philippe Ariès defende a infância como uma construção social para além de um simples aspecto biológico. Assim sendo, a maneira como concebemos a infância, ao longo do tempo, passou por diversas modificações. É importante salientar que as fases da vida (infância, adolescência e juventude) correspondem às representações da sociedade no que se refere à duração da vida.

Em seu trabalho *História social da criança e da família*³, Ariès nos apresenta possibilidades para uma análise rigorosa da infância como objeto da historiografia, ao avaliar as alterações em relação à representação das crianças, por meio da iconografia, relacionando-a com as modificações econômicas e os avanços sociais ocorridos entre o século XVII e o século XIX.

Por meio das imagens, pinturas e fotos, contando com uma apreciação em longa duração, o mencionado autor avalia a mudança de sensibilidade com relação à criança, percebe que, no século XII, período medieval, praticamente, não havia preocupação em representar a figura da criança, fato que pode ser associado ao papel ocupado pela infância naquela sociedade, vista apenas como uma fase de transição. No decorrer do tempo, as crianças passam a ser representadas, entretanto, eram mostradas da mesma forma que um adulto, apenas numa escala menor. Conforme Ariès

No mundo das fórmulas românicas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de

² QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. O nascimento da infância. In: QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *História, Literatura, Sociabilidades*. Teresina (PI): EDUFPI; Academia Piauiense de Letras, 2015. p. 165.

³ ARIÈS, Phulippe. *História social da criança e da família*. tradução Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

tamanho reduzido. Essa recusa em aceitar na arte a morfologia infantil é encontrada, aliás, na maioria das civilizações arcaicas.⁴

Além disso, não havia preocupação com relação à perda dessas crianças, especialmente por questões ligadas as altas taxas de natalidade e de mortalidade da época. A partir do século XVIII, já aparecem representações da infância mais próxima do sentimento moderno.

Num contexto ainda europeu, ao analisar o século XIX, Jacques Gélis avalia o processo de individualização da criança⁵, pois a princípio a criança não era concebida como um indivíduo, mas contemplava em si um caráter público e privado. A criança é pública, pois é subordinada aos interesses da linhagem. Por outro lado, era também privada, porque vinculada aos cuidados da família. Assim, o individual estava atrelado aos interesses do social.

Com o desenrolar do tempo, num processo de longa duração, avaliando a mudança de sensibilidade com relação à criança, com outras questões culturais, sociais como o avanço na saúde, a escolarização por meio de instituições e a expansão das cidades, vemos uma alteração de comportamento com relação à criança que passa a ter sua relevância individual reconhecida.

Ainda no contexto da Europa, existem discursos envolvendo a infância tratando de pontos como a conservação das crianças, a partir da prática médica (desinteresse inicial e a transformação em pauta) e do controle das taxas demográficas (medidas contraceptivas), o mito do amor materno (percebido como uma construção social), localizados em obras de autores como Jacques Donzelot⁶ e Elisabeth Badinter⁷.

No Brasil, podemos perceber como a infância foi vivenciada e avaliada a partir de trabalhos como o da historiadora Mary Del Priore, que, em "O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império" (2008), informa a dificuldade até para denominar essa fase, dada a pouca legitimidade junto à sociedade, considerada como período de transição, sem muitas esperanças/expectativas, cita expressões como "meúdos, ingênuos e infantes" presentes na documentação da América portuguesa. Conforme a definição de Galeno, esta fase da vida era:

A primeira idade do homem: a "puerícia" tinha a qualidade de ser quente e úmida e durava do nascimento até os 14 anos. A segunda idade, chamada adolescência, cuja qualidade era ser "quente e seca", perdurava dos 14 aos 25 anos. Na lógica de Galeno, o que hoje chamamos infância corresponderia aproximativamente à puerícia. Esta por seu turno, dividia-se em três

⁴ ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. tradução Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p.51.

⁵ GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada 3: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁶ DONZELOT, Jacques. **A política das famílias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

⁷ BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

NASCER EM TERESINA: apontamentos iniciais

momentos que variavam de acordo com a condição social de pais e filhos. O primeiro ia até o final da amamentação, ou seja, findava por volta dos três ou quatro anos. No segundo, que ia até os sete anos, crianças cresciam à sombra dos pais, acompanhando-os nas tarefas do dia a dia. Daí em diante, as crianças iam trabalhar, desenvolvendo pequenas atividades, ou estudavam a domicílio, com preceptores ou na rede pública.⁸

Nessa perspectiva, a autora desenvolve sua pesquisa, dividindo-a em duas partes, o “tempo de nascer e crescer” e “tempo de brincar e tempo de aprender”.

Em “Tempo de nascer e crescer”, observamos a apresentação de alguns ritos e credences ligadas ao momento do nascimento, como a utilização de óleos e a forte religiosidade ligada especialmente a Nossa Senhora do Bom Parto, além dos primeiros cuidados com o recém-nascido, como a alimentação, que priorizava o leite materno, mas também alimentos engrossados com farinha, mesmo que desaconselhados pelos médicos. É nessa fase que contemplamos no rito do batismo, tanto uma ideia de purificação e de religiosidade, por introduzir a criança nos ritos católicos, como a inserção desta na estrutura familiar e social.

Nesse contexto, algo interessante é a relação afetiva entre pais e filhos, especialmente a relação entre mães e filhos, relação essa evidenciada nos testamentos, à medida que as mães procuravam assegurar amparo a seus pequenos, após a sua morte. Apesar disso, o castigo físico fazia parte do cotidiano dessas crianças até mesmo como método educativo, tanto no espaço privado ou como em instituições.

Já em “Tempo de brincar e tempo de aprender” são mencionadas algumas atividades recreativas realizadas pelas crianças nas escolas jesuítas como tomar banho no rio, brincadeiras com miniaturas de arcos e flechas ou instrumentos de pescas, jogo do beliscão, virar bunda canastra, meia-queimada, cantos, entre outros. No caso da educação, tinha como principal objetivo a transformação da criança num adulto responsável, os estudos valorizavam a leitura, a escrita e os conhecimentos bíblicos/religiosos.

A situação da criança escravizada no período colonial pode ser mapeada a partir dos estudos de José Roberto de Góes e Manolo Florentino que, em “Crianças escravas, crianças dos escravos” nos dão uma ideia de como seria o cotidiano dessas crianças na época, pontuando a diferença entre a cultura que esses povos escravizados vivenciariam, se não tivessem caído no tráfico, cuja transição para o mundo dos adultos se daria por meio de ritos ligados à fertilidade e à procriação, algo distante da realidade encontrada no Brasil em que essa passagem se dava por meio do adestramento para o mundo do trabalho e da obediência ao senhor.

⁸ PRIORE, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. In: PRIORE, Mary Del (org.) **História das crianças no Brasil**. 6 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 84-85.

Os números de crianças escravizadas eram ditados pelas taxas demográficas, ligadas à fecundidade das cativas e à mortalidade (alta taxa de mortalidade), estes não eram o foco do tráfico transatlântico, pois dificilmente resistiriam a todo processo, desde a captura, viagem nos navios negreiros até a chegada ao Brasil.

A perda de vínculos familiares ocorria por meio de aspectos como doações, alforria, vendas/inventários e, é claro, a mortalidade. As doações, por exemplo, se davam geralmente no interior da família do proprietário e logo após a realização do batismo, separavam pais e filhos, mesmo que não definitivamente. A alforria dos cativos também fazia com que os nomes dos pais sumissem do registro. A venda/inventário provocava o distanciamento, muitas vezes, definitivo entre o grupo familiar desses escravizados e, por fim, a mortalidade era a responsável pela alta taxa de orfandade.

Entretanto, os autores informam que essas crianças escravizadas não ficavam sozinhas no mundo, podendo contar com uma rede de relações sociais escravizadas, em especial, as de tipo parental como irmãos, tios, primos. E, por fim, expõe o processo de adestramento para o trabalho e a obediência ao senhor, informando que isso fazia parte da criação de uma criança escravizada. Por esse motivo, muitas crianças já adotavam como sobrenome a atividade a qual estavam habituadas a executar. Como é possível observar abaixo:

Por volta dos 12 anos, o adestramento que as tornava adultos estava se concluindo. Nesta idade, os meninos e as meninas começavam a trazer a profissão por sobrenome: Chico Roça, João Pastor, Ana Mucama. Alguns haviam começado muito cedo. O pequeno Gastão, por exemplo, aos quatro anos já desempenhava tarefas domésticas leves na fazenda de José de Araújo Rangel. Gastão nem bem se pusera de pé e já tinha um senhor. Manoel, aos oito anos, já pastoreava o gado da fazenda de Guaxindiba, pertencente à baronesa de Macaé. Rosa, escrava de Josefa Maria Viana, aos 11 anos de idade dizia-se ser costureira. Aos 14 anos, trabalhava-se como um adulto⁹

O desempenho e o nível de habilidades impactavam no valor dessas crianças, ao serem vendidas no mercado de escravos e, sem dúvida, impactavam na forma como essas crianças vivenciavam a sua infância, desde muito cedo, sofrendo violências de várias formas possíveis, lutando pela sobrevivência, longe de seus progenitores. Mesmo contando com uma rede de apoio parental, eram submetidos a diversas atividades que colaboravam para o seu disciplinamento no trabalho e na obediência devida a seu proprietário.

⁹ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto de. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del (org.) **História das crianças no Brasil**. 6 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 184.

NASCER EM TERESINA: apontamentos iniciais

Outro trabalho importantíssimo em âmbito nacional é o de Maria Luiza Marcílio¹⁰, que trata sobre as rodas dos expostos existentes no Brasil, ao longo de três séculos da história do país, passando pelo período colonial, imperial e alcançando a República. As rodas funcionavam como instituições destinadas ao cuidado com a criança abandonada e, por isso, tinham grande relevância social.

Trazendo a discussão para terras piauienses, nos deparamos com a pesquisa de Miridan Britto Knox Falci,¹¹ que divide o trabalho, numa perspectiva próxima a de Mary Del Priori, em quatro períodos: “do tempo de nascer e aparecer; do tempo de brincar; do tempo de aprender a ler e do tempo de começar a trabalhar.” O estudo avalia a infância na província do Piauí, região pobre e rural do país, abordando as diferenciações entre a criança tida como rica (filhos de proprietários) e a criança pobre (livre ou escrava) nas fases da infância já mencionada.

10

2 As possibilidades das fontes vitais para uma análise histórica

No Brasil, percebe-se que, até o ano de 1891¹², os registros da igreja (paroquiais) tiveram uma relevância, tanto religiosa como civil e foram os únicos meios de chegada a dados mais precisos sobre a população, contribuindo para a realização de levantamentos estatísticos que “seriam responsáveis por guiar políticas públicas, além de orientar a cobrança de impostos e alistamento militar”¹³

Contudo, a partir da segunda metade do século XIX, os registros civis, passaram a ser pensados e discutidos para atender à necessidade de pessoas que possuíam outras crenças religiosas além da católica, resultando nos decretos-lei n. 1.144, de 1861¹⁴, e n. 3.069, de 1863¹⁵, que regularam os registros de nascimento, casamento e óbito para esses indivíduos. O registro

¹⁰ MARCILIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil**. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

¹¹ FALCI, Miridan Knox Brito. **A criança na província do Piauí**. Teresina: APL, 1991.

¹² Momento em que ocorreu a proclamação da República no Brasil e a separação da Igreja e do Estado.

¹³ LOTT, Mirian Moura. Fontes paroquiais, suas permanências e mudanças: século XIX. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=fontes+paroquiais+suas+permanencias+e+mudan%C3%A7as:+seculo+XX+&ie=utf-8&oe=utf-8&gwsrd=cr&ei=quYVsaBN4KNwgT04Y-YCg>. Acesso em: maio 2017. p.01.

¹⁴ Faz extensivos os efeitos civis dos casamentos, celebrados na forma das leis do império, aos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado, e determina que sejam regulados ao registro e provas destes casamentos e dos nascimentos e óbitos das ditas pessoas, bem como as condições necessárias para que os Pastores de religiões toleradas possam praticar atos que produzam efeitos civis.

¹⁵ Regula o registro dos casamentos, nascimentos e óbitos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado.

civil foi regulamentado pelo decreto n. 5.604, de 1874¹⁶, substituído pelo decreto n. 9.886¹⁷, legalizando o registro civil de pessoas naturais, havendo novas modificações em 1889.

Os registros civis são classificados como documentos de eventos vitais, por proporcionarem ao pesquisador o contato com informações sobre o nascimento, o casamento e o óbito do indivíduo, acompanhando-o desde o início da vida até o fim. Esse tipo de fonte tem características que estimulam a atenção dos historiadores, pois possui aspectos democráticos e de universalidade, uma vez que fornece registros de uma diversidade de pessoas pertencentes a grupos sociais distintos.¹⁸ Dessa forma, o trabalho realizado abrange uma amostra composta por uma diversidade de indivíduos pertencentes a grupos sociais distintos, ricos ou pobres, uma vez que o registro civil é democrático e acolhe a todos. Embora, os registros que possuem mais informações ou uma grande quantidade de testemunhas, possam pertencer a pessoas mais ricas.¹⁹

As fontes cartoriais foram localizadas on-line no acervo de Genealogia do Piauí, disponibilizado no site: Brasil, Piauí, Registro Civil, 1875-2013 — FamilySearch.org. Este acervo conta com um conjunto de documentos cartoriais, tais como os registros civis, registros de óbitos e nascimentos de vários municípios do Estado do Piauí, do período de 1875 a 2013. No entanto, esse pequeno estudo concentra-se nos registros civis de nascimento da cidade de Teresina no ano de 1875.

O procedimento de investigação ocorreu a partir da avaliação de 47 registros de nascimento da cidade de Teresina no ano de 1875. A intenção inicial era examinar uma amostra maior, de pelo menos 100 registros, infelizmente a pesquisa nos reserva surpresas nem sempre positivas, cada registro possui duas folhas e, a partir do registro 48, essas folhas não estão em ordem, o que demanda transcrição de todas e após um processo de cruzamento das informações para conseguir acessar ao registro inteiro.

¹⁶ Manda observar o Regulamento desta data para execução do art. 2º da Lei nº 1829 de 9 de setembro de 1870, em que sanciona que o Governo organizará o registro dos nascimentos, casamentos e óbitos, ficando o regulamento que para esse fim expedir sujeito à aprovação da Assembleia Geral na parte que se referir à penalidade e efeitos do mesmo registro, e criará na capital do Império uma Diretoria Geral de Estatística, na parte em que estabelece o registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos

¹⁷ Manda observar o novo Regulamento para a execução do art. 2º da Lei n. 1829 de 9 de setembro de 1870, já citado, na parte que estabelece o Registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos, do acordo com a autorização do art. 2º do Decreto n. 3316 de 11 de junho do 1887.

¹⁸ BASSANEZI, Maria Silva. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. 1. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 142-143.

¹⁹ BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A população de Curitiba no século XVIII-1751-1800**: segundo os registros paroquiais. 107 f. Dissertação (Mestrado) Departamento de História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

NASCER EM TERESINA: apontamentos iniciais

As informações contidas nos registros de nascimento avaliados são riquíssimas, contêm dados de quase todos os indivíduos arrolados na ata, informações sobre o declarante, geralmente progenitor ou proprietário da mãe, ou ainda amigo da família, assim como da progenitora, como nacionalidade, estado civil, profissão do declarante e local de residência. Além de dados sobre as testemunhas, tais como profissão e local de residência, os avós maternos e paternos, dia, horário e local de nascimento da criança e, por fim, em algumas atas constam informações sobre o batismo, nome da criança e dos padrinhos e madrinhas.

12

3 Demografia histórica: busca de um entendimento

O primeiro passo no caminho para localizar informações sobre essa área de pesquisa seria compreender quais os objetivos de estudo da demografia. De acordo com Sergio Nadalin²⁰, a demografia dá prioridade à dinâmica populacional, algo que já possibilita uma relação bem próxima com a História. Além disso, os demógrafos utilizam como base para seus estudos dados estatísticos produzidos para aquela finalidade.

Nadalin salienta que essa é justamente uma das diferenças entre historiadores demógrafos e os demógrafos, pois geralmente esses pesquisadores terão que criar adaptações metodológicas para lidar com uma documentação que não foi produzida para ser avaliada demograficamente. Nas palavras do autor:

Deste modo, não basta incluímos simplesmente a variável tempo para se ter uma demografia histórica, porque, no fundo, toda demografia já é naturalmente “histórica”. Historicamente, a originalidade da demografia histórica é sua metodologia de base. Ela se constituiu como disciplina justamente em função dos registros de catolicidade, para dar conta de períodos geralmente mais distantes do presente, quando não se produziam correntemente dados para as contagens de populações.

Fica evidente pela colocação do autor que o mais relevante é a metodologia empregada e que não é nada tão simples como transparece a princípio, pois foge de uma demografia simplesmente com objetivo quantitativo, buscando a colaboração de outras áreas do conhecimento como a economia, sociologia, antropologia, entre outras, por meio da valorização de estudos interdisciplinares e o cruzamento com outras fontes. Além disso, a análise demográfica exige uma ampliação do estudo numa perspectiva macro, estrutural. Assim, o seu tempo histórico contempla uma longa duração, possui grande preocupação com generalizações

²⁰ NADALIN, Sérgio Odilon. **A demografia numa perspectiva histórica**. São Paulo: ABEP, 1994. p. 54

e uma busca pelas especificidades históricas e culturais.²¹ Outro ponto evidenciado seria a relação próxima entre a história demográfica e a história social.

Sobre a história demográfica é possível localizar o seu desenvolvimento na França, a partir de 1956 e 1965, com destaque para autores como Louis Henry e Michel Fleury. No Brasil, esta metodologia foi introduzida por Maria Luiza Marcílio na década de 1960. Marcílio foi orientada por Luís Henry, na França²².

Dessa forma, podemos compreender como as pesquisas com essa perspectiva buscam se direcionar e perceber a relevância do método a ser utilizado e os cuidados a serem tomados, para não cair numa pesquisa puramente quantitativa.

4 A infância em Teresina (PI) a partir dos registros de nascimentos de 1875

A princípio, cabe destacar que este trabalho está em fase inicial e não dispomos de análises, trata-se de uma apresentação geral das fontes e de suas potencialidades, por esse motivo, a amostra é composta apenas por um ano que não configura em série. Dessa forma, os 47 registros são da cidade de Teresina (PI) e do ano de 1875.

Outro ponto extremamente relevante é destacar que, assim como os registros pastorais comumente utilizadas em pesquisas de natureza histórica demográfica, os registros civis também se configuram como um belo manancial para a reconstrução da realidade social cultural de uma sociedade como a nossa. As fontes cartoriais são produzidas desde o início do século XIX, mas ganham maior relevância a partir da Proclamação da República²³, com a separação entre o Estado e a Igreja.

Bassanezi pontua em seu estudo algumas diferenças entre o registro de batismo e o registro de nascimento e essas podemos verificar dentro da nossa pequena amostra. O registro de batismo, por exemplo, é composto segundo a autora e consoante as recomendações do Concílio de Trento, por “data do evento, nome completo do batizando, nome dos pais, filiação legítima ou ilegítima, local de residência dos pais ou responsáveis, o nome de pelo menos um

²¹ NADALIN, Sérgio Odilon. **A demografia numa perspectiva histórica**. São Paulo: ABEP, 1994. p. 55-56.

²² LOTT, Mirian Moura. **Fontes paroquiais, suas permanências e mudanças: século XIX**. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=fontes+paroquiais+suas+permanencias+e+mudan%C3%A7as:+seculo+X+&ie=utf-8&oe=utf-8&gwsrd=cr&ei=quYVsaBN4KNwgT04Y-YCg>. Acesso em: maio 2017. p.02

²³ BASSANEZI, Maria Silva. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. 1. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 154.

NASCER EM TERESINA: apontamentos iniciais

padrinho (melhor dois), a assinatura do sacerdote²⁴, com uma ressalva, pois no Brasil era comum o batizando ser registrado apenas com o seu primeiro nome. Agora, no que diz respeito ao registro de nascimento, temos:

Dados do registro: número, data e local; dados sobre o nascido: nome e prenome, data do nascimento, lugar do nascimento (geográfico e funcional), sexo, natureza do parto (gêmeos ou não), filiação (legítima ou ilegítima), cor (depois de 1928), nasceu vivo ou nasceu morto, morreu no ato ou logo depois do parto; dados sobre os pais: nome, naturalidade, profissão, residência, local do casamento, idade da mãe no momento do parto (pós 1574); outros dados: ordem de filiação de outros irmãos de mesmo pre- nome, nome de avós materno e paterno, nome, prenome, profissão e residência das testemunhas²⁵

14

As informações contidas no registro civil de nascimento analisado já foram mencionadas em outro momento, mas vale a pena recordar. Dessa forma, temos contato com informações sobre o declarante geralmente progenitor ou proprietário da mãe, ou ainda amigo da família, assim como da progenitora como nacionalidade, estado civil, profissão do declarante e local de residência. Além de dados sobre as testemunhas, como profissão e local de residência, dados dos avós maternos e paternos e do dia, horário e local de nascimento da criança, por fim em algumas atas constam informações sobre o batismo, primeiro nome da criança e nome e profissão dos padrinhos e madrinhas.

A diversidade das fontes já mencionada fica comprovada quando nos deparamos com registros de pessoas escravizadas como da filha da escravizada Basília²⁶ e de filhos de grandes nomes da cultura e da sociedade piauiense como Clodoaldo Freitas²⁷

²⁴ BASSANEZI, Maria Silva. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. 1. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 147.

²⁵ BASSANEZI, Maria Silva. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. 1. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 157.

²⁶ Trata-se de uma criança do sexo feminino cujo nome não foi informado no registro, filha da escravizada Basília, propriedade de João Edivardo Fernandes de Araújo e neta de Benedicta, escrava de Francisco Ribeiro Soares. Registro realizado em 27 de maio de 1875, nascida no dia 29 de março de 1875, às oito horas da noite. Esse registro compõe a amostra analisada.

²⁷ Trata-se de Marcellino Freitas, filho legítimo de Clodoaldo Freitas com Dona Corina Freitas, registro realizado em 15 de outubro de 1895, nascido no dia 8 de outubro de 1895, às cinco horas da tarde, em casa de residência do Doutor Clodoaldo Freitas, na rua da Glória localizada na cidade de Teresina. Esse registro não compõe a amostra avaliada neste estudo.

4.1 Legitimidade da criança

Ambos os estudos (2013), Lott e Nadalin (1994) apontam que o primeiro dado a ser conferido pelo pesquisador que se lança a um estudo demográfico, tendo como base registros de batismos/ nascimento, trata-se da legitimidade da criança, marcador social importante da sociedade brasileira, trata-se da verificação se a criança é fruto de uma união oficial, nesse contexto vinculado ao casamento religioso.

No período colonial brasileiro, a condição social da criança (contempla tanto ser filha legítima ou natural dos seus pais como livre, escrava ou exposta, ver esse ponto no próximo tópico). Os filhos ilegítimos e naturais se faziam presente nas análises. De acordo com Lott, “a criança dita natural era fruto de casais concubinais, ou não, porém ambos solteiros.”²⁸ Nesse caso, era possível constar no registro o nome do pai da criança. Muito embora houvesse essa autorização legal, não se tornou algo amplamente adotado pelos escrivães. Outro ponto interessante é que essas crianças não carregavam um peso do preconceito social, pois naquele contexto poucos conseguiam oficializar suas uniões. A criança ilegítima também podia ser proveniente de relações adúlteras, ou sacrílego (filho de padre), além disso, existiam as crianças expostas/ enjeitadas/ abandonadas.

Sobre esse aspecto é importante salientar que, na pesquisa iniciada, 78,7% das crianças registradas eram legítimas, o que equivale a 37 crianças. Além disso, 10,65% (5 registros) eram ilegítimas e em 10,65% dos registros não contam com tal informação (5 registros). A amostra nos informa inúmeras crianças legítimas e reduzido número de crianças naturais.

A condição de legitimidade de filhos (as) de mães escravizadas geralmente não é informada²⁹, exceto num caso em que o pai Raymundo José de Sousa era um homem de condição livre, casado com a escrava Francisca, na Paróquia de Nossa Senhora das Dores³⁰

²⁸ LOTT, Mirian Moura. **Fontes paroquiais, suas permanências e mudanças:** século XIX. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=fontes+paroquiais+suas+permanencias+e+mudan%C3%A7as:+seculo+X+&ie=utf-8&oe=utf-8&gwsrd=cr&ei=quYVsaBN4KNwgT04Y-YCg>. Acesso em: maio 2017. p.03

²⁹ Segundo Lott, numa sociedade escravista, como a brasileira, onde era permitido ao senhor usufruir sexualmente de sua escrava, esta situação (filhos ilegítimos) não era rara. Cf.: LOTT, Mirian Moura. **Fontes paroquiais, suas permanências e mudanças:** século XIX. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=fontes+paroquiais+suas+permanencias+e+mudan%C3%A7as:+seculo+X+&ie=utf-8&oe=utf-8&gwsrd=cr&ei=quYVsaBN4KNwgT04Y-YCg>. Acesso em: maio 2017. p.04

³⁰ Trata-se do registro de uma criança do sexo masculino, a ser chamado de Arthur, que consta ser filho legítimo de Raymundo José de Sousa, registro realizado em 16 de dezembro de 1875, nascido no dia 25 de novembro de 1875, às onze horas da manhã, na cidade de Teresina. Esse registro compõe a amostra avaliada nesse estudo

NASCER EM TERESINA: apontamentos iniciais

4.2 Condição da criança

Como já informado, no período colonial brasileiro, a condição social da criança englobava, tanto o aspecto da legitimidade quanto a condição da criança (livre, escravizada ou exposta). Sobre a condição da criança temos que 66% das crianças registradas eram filhos (as) de pais de condição livre, que corresponde a 31 crianças, 14,90% eram filhos (as) de mães escravizadas, embora tenham nascido livres em decorrência da lei do ventre livre³¹, ao todo sete crianças nasceram com essa condição e apenas uma criança era filho legítimo de um pai livre casado. E desses 19,10% (9 registros) não constam essa informação.

A lei do ventre livre (1871) possibilitou o acesso à condição de livre aos filhos de escravizadas, a partir de então, com algumas contradições, tendo em vista que essa criança precisaria de cuidados até atingir certa idade, basicamente ficava sob responsabilidade dos proprietários de suas mães, submetida à mesma vida da genitora. Uma vivência diferente do pequeno Arthur, já citado, que, embora filho de uma escrava, era filho legítimo de um homem de condição livre.

4.3 Batismo da criança

Priore³², como já exposto anteriormente, descreve o rito do batismo como ligado, tanto a uma ideia de purificação e de religiosidade, ao introduzir a criança nos ritos católicos, quanto na inserção da mesma na estrutura familiar e social. Além disso, segundo a mesma autora, era uma oportunidade de reunir padrinhos, madrinhas e outros familiares para fortalecer os laços afetivos existentes.

Conforme a amostra, em Teresina (1875), quando esta informação aparece na ata de nascimento traz os seguintes dados: dia do batismo, primeiro nome da criança, paróquia, nomes e, em alguns casos, profissão e residência dos padrinhos e local de realização do batismo. No que diz respeito ao batismo, em 57,44% (27 registros) não consta tal informação, aparecendo em 36,17% (17 registros) e em dois registros (4,26%) aparece a informação que a criança irá batizar e apenas um registro (2,13%) só consta o nome dos padrinhos.

³¹ Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871: Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da nação e outros, e providência sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. Cf. BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. *Lei do ventre livre*. Rio de Janeiro: Paço do Senado, set 1871. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496715> Acesso em: 10 nov 2022.

³² PRIORE, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. In: PRIORE, Mary Del (org.) *História das crianças no Brasil*. 6 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 95.

A ausência da informação sobre o batismo pode ser proveniente de vários fatores. O primeiro e provável é que esses dados tenham sido registrados em outra folha, ao longo da pesquisa localizamos várias anotações de batismos soltos, na mesma pasta referente aos registros de nascimento, confirmando que uma pesquisa aprofundada deve buscar cruzar os dados sobre nascimentos e batismos.

Outra possibilidade seriam os critérios utilizados pelo escrivão, já relatamos que, quando o registro era de uma pessoa abastada da sociedade, comumente havia mais informações, já no caso de pessoas mais humildes ou escravizadas, muitos dados eram suprimidos. Em todo caso, sabemos que em regra geral, o batismo era uma cerimônia altamente valorizada pela sociedade brasileira, desde o período colonial, certamente todas as crianças nascidas vivas ou mortas, recebiam os santos óleos. Conforme corrobora Falci

Tonar-se cristão, ingressar na sociedade, ser mostrado publicamente a todos e principalmente a Deus, era, certamente, um momento sagrado da criança no século passado. O primeiro momento em que o sagrado revestia-se da solenidade do mundano, o que iria ocorrer outras vezes em sua vida. Batizada com três, quatro, cinco ou mais meses, em dependência da presença do padre em suas desobrigas pelos lugares afastados ou em dependência das posses dos pais, o menor recebia o nome com a unção dos Santos Óleos.³³

Sobre o batismo de crianças filhas de escravizadas é ratificado por Priore a relevância dessas cerimônias para reforçar a rede familiar e afetiva de pessoas escravizadas, além de reforçar características étnicas e culturais. Ao avaliar a situação do Rio de Janeiro, Priore expõe

Os registros de batismo de localidades como Inhaúma e Jacarepaguá, no estado do Rio de Janeiro, no início do século XIX, revelam que entre 5% e 6% de escravos batizados tomavam os nomes de seus padrinhos e madrinhas escravos, numa forma de ampliar suas relações familiares.³⁴

Ao citar Alida Metcalf, Fátima Neves e S Schwrtz, Falci comprova e salienta a relevância do apadrinhamento obtido por meio do batismo de escravizados, ampliando os laços de solidariedade e da família escrava que sedimentava assim um espaço social.³⁵

É preciso, no entanto, fazer uma ressalva, ambas as autoras Falci e Priore discutem o período colonial, quando a instituição da escravidão era marca da nossa sociedade. O período

³³ FALCI, Miridan Knox Brito. **A criança na província do Piauí**. Teresina: APL, 1991. p. 13

³⁴ PRIORE, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. In: PRIORE, Mary Del (org.) **História das crianças no Brasil**. 6 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 95.

³⁵ FALCI, Miridan Knox Brito. **A criança na província do Piauí**. Teresina: APL, 1991. p.15.

NASCER EM TERESINA: apontamentos iniciais

estudado, ano de 1875, contempla um recorte em que a escravidão ainda era presente, mas já contava com algumas leis, como a já citada do ventre livre.

4.4 Sexo da criança e profissão do pai da criança

Outro dado avaliado é referente ao sexo da criança, a maioria dos registros era de crianças do sexo masculino, 59, 58% (28 registros) e apenas 40, 42% (19 registros) do sexo feminino. Assim, em nossa pequena amostra nasceram mais meninos do que meninas.

No que diz respeito às profissões dos pais da criança, verificamos que não consta a informação em 34,04% (16 registros), e em 21,27% (10 registros) eram negociantes, 17,02% (8 registros) eram lavradores, 10,64% (5 registros) eram empregados públicos, 4,25% (2 registros) eram proprietários e, por fim, 2,13% (1 registro) era médico público, artista, comendador a vapor, oficial de marinheiro, professor particular e vivia de suas agências. Uma amostra bastante diversa, no que diz respeito às ocupações exercidas pelos progenitores e que retrata uma despreocupação do escrivão com relação ao dado avaliado, ao não realizar o registro de tal informação em 34% dos casos.

Conclusões

O trabalho consiste numa avaliação das possibilidades teóricas e metodológicas dos registros de nascimento da cidade de Teresina, na segunda metade do século XIX (restrito nesse estudo ao ano de 1875). Dessa forma, fica evidente que uma pesquisa nos moldes ora apresentados é riquíssima e oferece uma diversidade de caminhos possíveis.

Sobre a amostra temos que a maioria das crianças eram legítimas. Mais da metade das crianças nasceram e seus pais já eram de condição livre, por outro lado, sete crianças nasceram livres, filhos (as) de mães escravizadas. Na maioria dos registros havia uma ausência de informações sobre o batismo. Atesta-se também que as crianças registradas eram na maioria do sexo masculino e para Teresina havia uma diversidade de atividades laborais exercidas pelos progenitores dessas crianças, destaque para negociante, lavrador, médico, artista entre outros, apesar de que em 16 registros não obtivemos tal informação.

A pesquisa está na fase inicial, devido a isso, possui vários pontos a serem questionados, abrindo caminho para novas pesquisas e para o interesse de novos pesquisadores.